

Alerta Santa Marta: Dispositivos de (Contra) Vigilância em Favelas no Rio de Janeiro¹

Alerta Santa Marta: (Counter)Surveillance Dispositifs in Favelas of Rio de Janeiro

Apoena Mano

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Palloma Menezes

Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é mapear usos, críticas e controvérsias em torno do que abordamos como *dispositivos de (contra)vigilância* em favelas no Rio de Janeiro. O termo *(contra)vigilância* sintetiza dinâmicas sociotécnicas articuladas a partir de dois eixos: *dispositivos de vigilância* institucionais, como câmeras e drones policiais, que implicam em reações sob formas comunitárias de *contra-vigilância*, como o intercâmbio de informações por meio de celulares. Sustentamos o seguinte argumento: para compreender as lógicas de ordenamento e controle percebidas em favelas no Rio de Janeiro após a “pacificação”, é necessário acompanhar as estratégias de investigação compulsórias que atravessam o cotidiano dos moradores. Concentramos as nossas atenções à iniciativa Alerta Santa Marta, um sistema integrado de três grupos de *WhatsApp* que reúne cerca de 700 moradores através de mensagens instantâneas em celulares. Descrições etnográficas sobre situações indeterminadas na favela Santa Marta ilustram como dispositivos de (contra)vigilância tornam possível perceber

1 O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa (Processo no 2020/00670-0). Em conjunto, agradecemos por contribuições a versões anteriores deste artigo apresentadas na IV ISA Forum of Sociology e na 32a Reunião Brasileira de Antropologia – nesta, em especial às organizadoras Lucia Eilbaum e Flavia Medeiros. Por outras leituras e comentários, agradecemos a Alexandre Magalhães, Bianca Freire-Medeiros, Carly Machado, Denise Rodrigues, Fernanda Duarte, Lia de Mattos Rocha e Marcia Pereira Leite.

Recebido em 18 de janeiro de 2021.
Avaliador A: 05 de abril de 2021.
Avaliador B: 20 de abril de 2021.
Aceito em 19 de maio de 2021.



criticamente e produzir denúncias a partir de processos de investigação coletiva em torno de (i)mobilidades de corpos, objetos e informações nas “margens” urbanas.

Palavras-chave: Etnografia digital, Métodos móveis, Processos de investigação, Violência urbana, WhatsApp.

ABSTRACT

The purpose of this article is to map uses, critiques and controversies about (counter) surveillance *dispositifs* in favelas in Rio de Janeiro. *(Counter)surveillance* is a socio-technical dynamics based on two axis: institutional *surveillance dispositifs*, such as police câmeras and drones, which implicate on community-based reactions through forms of counter-surveillance, such as the exchange of information through cell phones. We argue that in order to understand the logic of ordering and control in favelas in Rio de Janeiro after the “pacification”, it is necessary to pursue research methods that integrate with the daily routines of local residents. We examined the Alerta Santa Marta initiative - an integrated system of three WhatsApp groups that gathers around 700 residents through instant messaging.. We provide an ethnographic analysis of indeterminate situations in the Santa Marta favela to illustrate how (counter)surveillance *dispositifs* denounce and produce a critique of processes around (i)mobility of bodies, objects and information on urban “margins”.

Keywords: Digital ethnography, Mobile methods, Investigation processes, Urban violence, WhatsApp.

INTRODUÇÃO

“E aí meu povo? Já acabamos de tirar foto ali das escadas coloridas. Foi a gente da comunidade aqui mesmo que fotografou, ok? Foram 5 minutos. Fotografamos ali com o drone no pé da escada. O drone já desceu e já está até guardado. Beleza? Só para a galera não ficar assustada aí. Estamos juntos!” (Moderador do Alerta Santa Marta – Mensagem de voz/2019).

Antes de deslocar um drone ao céu para registrar fotografias aéreas da favela, o moderador da iniciativa Alerta Santa Marta decidiu enviar um áudio via *WhatsApp* avisando a cerca de 700 moradores sobre o que ocorreria nos próximos instantes. Assim que as fotos foram registradas, ele enviou a mensagem de texto que reproduzimos na epígrafe acima, informando que o drone já não estava mais no céu e que considerou importante ter avisado sobre o voo para “ninguém ficar assustado”.

Como interpretar a necessidade de um comunicado enviado via celular alertando sobre drones sobrevoando a favela? A situação está incorporada em um contexto urbano mais amplo em que discursos e representações relacionados ao campo da segurança pública são requalificados à medida que ocorre um desmonte do programa de governo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a consequente (re)intensificação de conflitos territoriais armados na cidade do Rio de Janeiro (G1, 2018)². Desde a inauguração das primeiras UPPs, notamos um acúmulo de novas estratégias como consequência a formas de governo estabelecidas pela “linguagem da violência urbana”: a intensificação do uso de equipamentos militarizados, como munições e armamentos pesados, veículos e helicópteros blindados e tanques do Exército; e também de tecnologias de vigilância, tais como câmeras, celulares ou drones (MACHADO DA SILVA; MENEZES, 2019).

O monitoramento em favelas por agentes estatais e criminais não é algo novo. Contudo, nas últimas décadas, formas de vigilância se diversificaram. Atualmente, também envolvem moradores que, diante da percepção de que a favela está sendo permanentemente monitorada, também precisam aumentar a vigilância de si e do outro ao se moverem pelo território, conduzidos pela sensação de estarem constantemente vivendo em um “campo minado” (MENEZES, 2015). Essa expressão faz referência a um contexto em que todos precisam desenvolver estratégias, criar raciocínios lógicos e antecipatórios com o objetivo de antever e evitar a explosão das bombas que, no caso dos territórios “pacificados”, são os “momentos críticos” que podem terminar em “situações traumáticas”, envolvendo ações violentas tanto de policiais como de traficantes que colocam a vida dos moradores em risco (MENEZES, 2015).

O objetivo deste artigo é mapear usos, críticas e controvérsias em torno do que abordamos como *dispositivos de (contra)vigilância* em favelas no Rio de Janeiro³. O termo sintetiza dinâmicas sociotécnicas articuladas a partir de dois eixos. De um lado, *dispositivos de vigilância* como o uso de câmeras e drones que podem ser acionados tanto por agentes estatais como criminais para monitorar o território; de outro, formas comunitárias de *contra-vigilância*, como o intercâmbio de informações através de celulares, que envolvem principalmente moradores

2 G1. Entre as 9 comunidades com mais tiroteios no Rio, 4 têm UPPs; Cidade de Deus lidera. **G1**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/entre-as-9-comunidades-com-mais-tiroteios-no-rio-4-tem-upps-cidade-de-deus-lidera.ghtml> Acesso em: 01 mar. 2021.

3 Inspirados pelas reflexões de Foucault (1983), definimos dispositivos de vigilância como um arranjo produzido pelo cruzamento heterogêneo de relações de poder e saber entre elementos ditos e não ditos. Percebendo a multiplicidade de interpretações possíveis a partir do termo “dispositivo”, acompanhamos a possibilidade de pensá-los “[...] simultaneamente sob o ângulo das coerções que eles exercem e dos suportes que podem oferecer aos indivíduos para agir” (DODIER; BARBOT, 2017, p. 496).

que buscam evitar problemas com traficantes e policiais que atuam em seus territórios de moradia. Sustentamos o seguinte argumento: para compreender as lógicas de ordenamento e controle percebidas em favelas no Rio de Janeiro após a “pacificação”, é necessário acompanhar as estratégias de investigação compulsórias que atravessam o cotidiano dos moradores.

Nos concentramos em um dispositivo de contra-vigilância: o Alerta Santa Marta. Trata-se de um sistema integrado de três grupos de *WhatsApp* criado em novembro de 2018. Essa iniciativa de comunicação comunitária foi concebida por um empreendedor e líder comunitário da favela Santa Marta, localizada na Zona Sul da capital carioca. A criação do Alerta Santa Marta foi uma maneira de compartilhar informações e agir de maneira coletiva em relação a problemas e indeterminações no cotidiano da favela.

A iniciativa funciona da seguinte maneira: geralmente, o espaço de interações no *WhatsApp* fica interditado pelo moderador, para evitar que informações dispersas sejam postadas ou que pessoas escrevam assuntos que fogem dos objetivos centrais. No entanto, quando alguma situação indeterminada surge na favela, esse moderador é acionado por algum morador. De forma rápida, ele avisa o que está ocorrendo e abre o espaço de mensagens para discussão e debate. Os participantes passam a poder escrever livremente, enviar áudios, fotos e vídeos. Assim, inicia-se um “processo de investigação”⁴ coletiva com a problematização do que está ocorrendo, a apresentação de hipóteses e a realização de testes, até que a situação se estabilize e o moderador possa encerrar o espaço para discussão.

Após esta introdução, apresentamos a proposta metodológica utilizada para uma etnografia sobre a violência urbana envolvendo continuidades entre face a face e digital. Em seguida, caracterizamos como as lógicas de ordenamento territorial determinadas pela violência urbana implicam na produção do Alerta Santa Marta pela necessidade cotidiana de ampliar processos de investigação (DEWEY, 1938). Depois, debatemos a influência dos dispositivos de (contra)vigilância sobre experiências conformadas por (i) mobilidades em favelas “pacificadas” (CRESSWELL, 2010; FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020). Na quinta seção, apresentamos a reconstrução etnográfica de uma situação na qual informações que circulam entre os celulares dos moradores da favela Santa Marta são determinantes para tomadas de decisão durante uma operação policial. Por fim, mostramos como analisar a iniciativa Alerta Santa Marta como um dispositivo de contra-vigilância abre portas para compreender as dinâmicas de controle estatal

4 Por “processo de investigação” compreendemos uma atividade que visa “[...] a transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma situação que é de tal modo determinada em suas distinções e relações constitutivas que ela converte os elementos da situação original em um todo unificado” (DEWEY, 1939, p. 104-5).

e criminal em “margens” urbanas (DAS; POOLE, 2004) e seus impactos em (i)mobilidades de corpos, objetos e informações.

INVESTIGAÇÕES ENTRE FACE A FACE E DIGITAL

Este artigo resulta de um trabalho etnográfico realizado tanto presencialmente na favela Santa Marta quanto de forma remota através do acompanhamento cotidiano da iniciativa Alerta Santa Marta. Assim como diversos pesquisadores que vêm refletindo sobre as continuidades entre relações face a face e interações imbricadas em mídias digitais, não trabalhamos com uma dicotomia entre *on-line/off-line* e partimos do pressuposto de que é impossível tratar um cenário digital como “autocontido e autônomo” (HORST; MILLER, 2012; MILLER; SLATER, 2000).

Quando usamos o termo “digital” estamos nos referindo a “[...] um conjunto heterogêneo e bastante amplo de objetos, ações e relações sociotécnicas” constitutivo da experiência cotidiana e, sobretudo, condicionado por marcadores sociais de classe, gênero, idade, “raça”, sexualidade, dentre outros (PARREIRAS; LINS; FREITAS, 2020, p. 2). Entendemos que não existe apenas “uma internet” para todas e todos. Por isso, é preciso pesquisar “[...] como diferentes grupos sociais se apropriam, vivenciam e conferem sentido aos dispositivos tecnológicos” (p. 2.). Mas como fazer isso?

Estudos da etnografia digital apontam para a necessidade de ampliar compreensões sobre o “estar lá” que caracteriza o fazer etnográfico (GEERTZ, 1998). Essa ampliação permite a formulação de abordagens metodológicas “multimodais” que explorem as sobreposições entre as interações face a face e as mediadas por aparelhos conectados à internet (ROBINSON; SCHULZ, 2009). Nesse sentido, nossa proposta metodológica foi formulada a partir de uma “dupla-inserção” atenta às necessidades compulsórias e sobrepostas entre face a face e digital para a investigação cotidiana em torno de uma gestão de riscos provocada pela violência urbana em favelas com UPPs.

De modo simultâneo, acompanhamos os nossos interlocutores em presença física e também registramos as interações e trocas de informações acontecendo no Alerta Santa Marta. Assim, nos aproximamos de uma condição vivenciada pelos demais participantes da iniciativa: experimentamos as continuidades entre o intercâmbio de informações via *WhatsApp* e as estratégias do dia a dia para deslocamentos em um ambiente tensionado pela violência. Este arranjo pode ser considerado uma adaptação criativa desde a “etnografia digital” em direção a técnicas

de pesquisa que compreendem o movimento em si como elemento fundador da vida social.

A “dupla-inserção metodológica” conduzida para a realização da presente pesquisa é inspirada por “métodos móveis” pela atenção ao modo como nexos entre mobilidades moldam ordens de relações sociais, econômicas e políticas (BÜSCHER; URRY, 2009). Com enfoque aos processos de investigação sobre a violência urbana para deslocamentos cotidianos, constatamos que apropriações de tecnologias de comunicação e internet móvel (DE SOUZA E SILVA; SHELLER, 2014) produzem formas de “[...] subjetividades específicas por meio das práticas cotidianas de movimento” (BÜSCHER; VELOSO, 2018, p. 138). Seja por interpretações de ameaça ao observar drones policiais no céu, ou restrições pelo manuseio de celulares na favela, composições entre o movimento de corpos, informações e objetos em territórios com UPPs constituem desigualdades qualificáveis entre práticas, experiências e significados de uma “política das mobilidades” (CRESSWELL, 2010).

Enquanto pesquisadores, nossa participação no Alerta Santa Marta foi eticamente acordada com o moderador da iniciativa e condicionada à assistência técnica a necessidades de organização e produção de dados para uso de lideranças locais. Esse comprometimento se formou a partir de interlocuções de pesquisa estabelecidas com variados atores sociais a respeito de experiências na favela Santa Marta após a inauguração das UPPs (ver MANO, 2020 e MENEZES, 2015)⁵. Em contrapartida, orientados por princípios da observação-participante (VALLADARES, 2007), temos a possibilidade de produzir análises sócio-etnográficas sob o compromisso de manter o anonimato das informações compartilhadas pelos participantes.

Desdobramos este trabalho seguindo a estratégia teórico-metodológica proposta por Christine Hine (2015): analisamos o Alerta Santa Marta a partir de triangulações entre as nossas percepções de pesquisa, as interlocuções dos participantes no ambiente observado e as entrevistas em profundidade com informantes. Evidenciamos que: a) a iniciativa é *incorporada* em várias molduras contextuais, instituições e dispositivos; b) a experiência de usá-la é *corporificada* e, conseqüentemente, altamente pessoal; c) o seu uso é *cotidiano* e frequentemente tratado como uma infraestrutura normal e mundana, a menos que algo significativo dê errado (HINE, 2015, p. 32)⁶. Examinamos também o conteúdo de informações trocadas através da iniciativa:

5 Iniciadas em 2009 e 2015, nossas pesquisas envolveram a observação-participante da vida cotidiana da favela com base no acompanhamento de situações como reuniões comunitárias, passeios turísticos e eventos locais. Em diferentes momentos, realizamos entrevistas em profundidade com moradores, lideranças comunitárias, policiais e turistas.

6 No original: *embedded, embodied e everyday*. Nesse caso, e em outras citações distribuídas ao longo do texto, adotamos as traduções publicadas recentemente na revista *Cadernos de Campo* (ver HINE; PARREIRAS; LINS, 2020).

fotografias; vídeos; áudios e pequenos textos (avisos, rumores, ameaças, trechos de conversas e narrativas curtas).

Refletir sobre o Alerta Santa Marta significa necessariamente interpretar o contexto de violência urbana no qual ele está inserido. A interação estabelecida por *WhatsApp* a partir de um drone no céu da favela nos convida a “colocar as coisas no contexto” para interpretar os usos sociais dessa iniciativa via celulares (MILLER; SLATER, 2004). Isso significa assumir que, para interpretar os significados do Alerta Santa Marta para os seus participantes, devemos considerar as lógicas de ordenamento e controle urbano que envolvem a vida cotidiana na favela. Envolvendo tanto atores estatais como criminais, damos ênfase a um contexto marcado por dinâmicas de múltiplos monitoramentos, consequentes da política de “pacificação”, que suscitam o uso de celulares para investigações de uma gestão de riscos para deslocamentos cotidianos. Essas investigações ocorrem cotidianamente, mas se intensificam em momentos, como em operações policiais, nos quais se mover pela favela pode significar o risco de perder a vida.

“FOCO NA INFORMAÇÃO PARA AJUDAR TODO MUNDO”

A inauguração do novo programa de segurança pública na favela Santa Marta, no fim de 2008, foi acompanhada pela instalação de câmeras de vigilância policial em diversos locais de circulação. Em setembro de 2009, o então relações-públicas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro explicou que os equipamentos seriam parte de “um projeto pioneiro, de caráter experimental” que acabou sendo implementado em outras favelas com UPPs (EXTRA, 2010)⁷.

As novas formas de monitoramento do território suscitaram preocupações para os habitantes desses territórios: as câmeras poderiam filmar dentro das residências? Como manter a privacidade dos lares em meio às novas tecnologias de vigilância na favela? Como confiar nos policiais responsáveis pelo manejo dos equipamentos? Suspeitas repercutidas em torno de capacidades de giros de 360 graus e um forte poder de aproximação em *zoom* das câmeras estimularam moradores a organizar reuniões para debater sobre o tema. Em uma dessas rodas de conversa, uma moradora definiu que as câmeras instaladas na favela não eram “de segurança”,

⁷ EXTRA. Polícia Militar vai instalar câmeras de monitoramento no Santa Marta. *Extra*, 10 dez. 2010. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/policia-militar-vai-instalar-cameras-de-monitoramento-no-santa-marta-321063.html> Acesso em: 12 abr. 2021.

mas “de vigilância”⁸. Ela se mostrou incomodada com o fato de pessoas de outras partes da cidade considerarem que a presença de câmeras nesses territórios significava o mesmo que a presença de equipamentos de vigilância em prédios e condomínios no “asfalto”. Nas palavras dela:

Para mim só mudou o comando [...] Outro dia um amigo falou que agora eu estou morando num condomínio fechado. Ele falou que gostaria que colocassem câmera no prédio dele. Daí não me aguentei e falei para ele: “a diferença é que as imagens da câmera do seu prédio iriam para a central do condomínio, e qualquer condômino poderia ter acesso se quisesse; já as imagens de nossas câmeras vão para a central de segurança pública”. Eu não sou a favor de bandido, só porque sou contra câmera. Não venha me dizer que é câmera de segurança, porque o que colocaram aqui foi câmera de vigilância! (Moradora da favela Santa Marta – Roda de Conversa/2009).

Alguns anos após a inauguração das UPPs, notícias de jornal passaram a apontar que jovens ligados ao comércio varejista de drogas também instalaram câmeras de vigilância dentro de territórios “pacificados”, como a Rocinha, para monitorar a circulação dos policiais pelo território⁹. Além de usarem câmeras de vigilância, traficantes passaram a usar com mais frequência não só “radinhos”, mas também aparelhos de celular para monitorar os fluxos de circulação pelas favelas. Nesse mesmo contexto, policiais das UPPs passaram a considerar que ter um celular em mãos durante o trabalho é tão importante quanto ter uma arma, uma vez que em muitas dessas regiões o rádio transmissor não funciona. O celular passou a ser, então, a “arma” usada quando precisam comunicar ocorrências aos colegas de trabalho ou mesmo tirar fotos de situações suspeitas.

Circunscritos neste ambiente tensionado, moradores também passaram a usar seus celulares para mapear coletivamente os riscos e as possibilidades de circulação cotidiana pela favela (MENEZES, 2015). Esse mapeamento, em um primeiro momento, era feito de forma individual através de ligações para parentes e amigos ou mesmo através de trocas de mensagens pagas via celular. A popularização do uso da internet móvel, contudo, facilitou e barateou essa troca de informações e possibilitou que ela passasse a ser feita de forma mais coletiva e rápida.

Iniciativas digitais voltadas especialmente para troca de informações sobre a violência

⁸ Roda de conversa organizada pelo Grupo ECO que comparava o território da favela com um *reality show* televisivo em que os participantes são submetidos a um período de confinamento e vigilância 24 horas por dia. “Reflexões descritivas sobre a relação entre o “Big Brother Santa Marta”. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Big_Brother_Santa_Marta. Acesso em: 12 abr. 2021.

⁹ EXTRA. Traficantes têm central de monitoramento via internet para acompanhar movimentação de PMs na Rocinha. *Extra*, 20 set. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/traficantes-tem-central-de-monitoramento-via-internet-para-acompanhar-movimentacao-de-pms-na-rocinha-21845036.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

urbana e o cotidiano das favelas já existiam na plataforma *Facebook*, mas ganharam força e passaram a proliferar no aplicativo *WhatsApp* durante os últimos anos. Principalmente após operadoras de telefonia móvel oferecerem planos com envio de mensagens pelo aplicativo sem custo. Em uma escala ampliada, ocorre uma multiplicação de plataformas colaborativas que funcionam para registrar, consolidar informações e divulgar a ocorrência de eventos de violência urbana em cidades brasileiras, tais como os projetos “Fogo Cruzado” e “Onde Tem Tiroteio” (BUGS; BORTOLLI, 2018, p. 6-9).

A iniciativa Alerta Santa Marta surge incorporada nesse contexto, e suas apropriações devem ser interpretadas como uma necessidade relacionada às lógicas de ordenamento sob a qual os participantes estão inseridos. O Alerta Santa Marta pode ser compreendido como um dispositivo que facilita e amplia as possibilidades de realização de “processos de investigação” coletiva sobre a favela (DEWEY, 1938).

A lógica de funcionamento é simples: quando alguma mudança no cotidiano é percebida, os participantes recorrem aos celulares para investigar coletivamente o que pode estar ocorrendo. O nível médio de interações no Alerta Santa Marta é de 150 mensagens diárias. Contudo, quando surge alguma situação extraordinária, esse volume pode triplicar – sinalizando a ocorrência de investigações coletivas pelo *WhatsApp*. Esses processos envolvem situações muito diversas, e é comum que discussões sejam abertas em torno de temáticas ordinárias: “Alguém mais está sem água na torneira de casa?”, “Pessoal, sabem me dizer se o plano inclinado está funcionando hoje?”, “Ouvi um barulho alto no morro. Será que foi a caixa de energia elétrica?” são provocações recorrentes pela possibilidade de alcançar cerca de 700 pessoas que vivem provavelmente acompanhadas por outras pessoas em suas residências na favela (MANO, 2020).

Em entrevista concedida a nós, em 2020, o moderador da iniciativa indica que o Alerta Santa Marta possibilita novas formas de comunicação comunitária e processos coletivos de investigação que fortalecem conexões externas à favela, como o envio de informações a jornalistas a partir de mídias digitais:

A criação do projeto sanou uma grande problemática comunitária da gente, que era a questão da comunicação. O contexto do Alerta Santa Marta é os moradores poderem se ajudar de forma geral e coletiva. Já achamos cachorro perdido; já achamos criança que se perdeu, já reunimos gente que não se via há mais de 50 anos. Encontramos gente perdida do norte do país que achou a família aqui. Além disso, a gente consegue gravar as matérias para a mídia com moradores mandando vídeo pelo *WhatsApp* mesmo. O vídeo já chegar, você já enviar para os jornalistas e a matéria já entrar no ar sem ninguém precisar sair de casa. Uma coisa revolucionária, sabe? (Moderador do Alerta

Santa Marta – Entrevista/2020).

Conforme os participantes do Alerta Santa Marta explicitam coletivamente em interações mediadas por celular um cuidado adicional pela necessidade de (re)atualizar informações via celular como uma forma de mapear problemas, ameaças e riscos cotidianos na favela, um “estar alerta” se manifesta como um estado subjetivo de permanente atenção às reconfigurações e cálculos sobre deslocamentos cotidianos. Quando estão saindo para o trabalho, para levar e buscar crianças na escola, para práticas de lazer ou quaisquer outros tipos de atividade, há um consenso coletivo em torno de uma expressão muitas vezes repetida pelos participantes da iniciativa: “foco na informação para ajudar todo mundo”.

Interações coletivas pelo aplicativo *WhatsApp* se tornaram importantes mecanismos de formação política em escalas transnacionais ao longo da última década (CESARINO, 2020; EVANGELISTA; BRUNO, 2019). Entre as múltiplas interações estabelecidas através do Alerta Santa Marta envolvendo variadas dimensões da vida na favela, damos enfoque analítico aos desdobramentos relacionados à violência urbana. Neste sentido, o moderador da iniciativa indica que ações coordenadas por meio de contra-vigilâncias possibilitadas pelos celulares convertem críticas coletivas em causas e denúncias públicas a partir de compreensões em torno de uma “luta por direitos” (EILBAUM; CHAGAS; MEDEIROS, 2019):

Hoje o morro está mais tranquilo por conta da problemática da violência por causa do Alerta Santa Marta. Não é um trabalho só meu, é do grupo que a gente conseguiu mobilizar. Tá invadindo casa de morador? Filma. Mandaram vídeo de que um policial estava na laje de morador e a gente cobrou. Eu falei “grava escondido”. Moradores pegaram celular, gravaram escondidos e a gente divulgou na televisão também. (Moderador do Alerta Santa Marta – Entrevista/2020).

A integração em torno do Alerta Santa Marta como novo canal de comunicação comunitária resultou na composição de registros e argumentos em um momento em que violentas operações policiais vinham ocorrendo de maneira incessante. Críticas ao comando das UPPs foram estabelecidas a partir do “foco na informação” pela consolidação de uma coordenação de ações entre indivíduos e objetos a partir do Alerta Santa Marta: 1) os moradores filmam condutas policiais irregulares e compartilham via *WhatsApp*; 2) o moderador do Alerta Santa Marta acessa esses registros de moradores e envia para outros contatos; 3) os repórteres e jornalistas recebem esse material e divulgam em noticiários de grande circulação.

Para além de auxiliar um monitoramento coletivo, apropriações sobre o Alerta Santa Marta também potencializam interações que ultrapassam a dimensão física da favela. Por sua

natureza digital, é desenvolvida a possibilidade de fortalecer conexões e influências que estão para além das fronteiras socioespaciais do território – ocasionando em reconfigurações em performances políticas a partir de seus usos e consequências (ver MANO; MENEZES, [2021?]). Nos últimos meses de 2018, o engajamento de participantes do Alerta Santa Marta em organizar protestos e acionar a cobertura de veículos de imprensa culminou em uma reunião com quase 200 moradores em contato com representantes da Polícia Militar.

Em resumo, a iniciativa Alerta Santa Marta funciona como um dispositivo de contra-vigilância acionado por moradores de favela em um contexto de (re)intensificação da violência urbana. Assim como policiais e traficantes envolvidos em disputas territoriais, moradores também entenderam que, para “navegar” (VIGH, 2009) pelos territórios “pacificados”, seria necessário (re)atualizar de modo constante um mapeamento das condições possíveis ou prejudicadas de circulação cotidiana. A partir desse mapeamento, moradores tentam se deslocar pelo território da forma menos arriscada possível e, além disso, organizam denúncias quando arbitrariedades policiais ocorrem.

Contudo, embora o intercâmbio de informações mediado por celulares ofereça suporte a novas modalidades de ação, crítica e denúncia coletiva a partir de processos de investigação, é fundamental dar ênfase às variadas formas de uso e às coerções sobre experiências pessoais e cotidianas de acionamento desses dispositivos de (contra)vigilância.

“EU NÃO ME ESCONDO PORQUE NÃO DEVO NADA. MAS O POVO SE ESCONDE QUANDO VÊ O DRONE”

Para compreender a necessidade de uma mensagem enviada ao grupo de moradores via celular para alertar sobre um drone sobrevoando a favela, devemos analisar de que formas os dispositivos de (contra)vigilância influenciam experiências de deslocamento pelo território da favela. Falamos em “formas” no plural porque o modo como cada pessoa aciona e usa o Alerta Santa Marta pode variar bastante.

Informações compartilhadas por *WhatsApp* têm implicações pessoais e bastante variadas por serem elementos determinantes para a movimentação cotidiana em favelas. Interações que ocorrem a partir do Alerta Santa Marta estão integradas a experiências corporificadas à medida que, durante uma situação de risco efetivo ou potencial, recorrer ao celular oferece subsídios para decisões vitais de locomoção, como correr até um lugar seguro, esperar por novas

informações ou decidir ficar em casa.

Formas de “leitura do clima” (CAVALCANTI, 2008, p. 45) ocorrem em torno de códigos tácitos, ou elementos visuais e sonoros, em temporalidades antecipatórias sobre riscos à integridade física. Ameaças constantes de “momentos críticos” inesperados levam moradores de favelas a desenvolver capacidades interpretativas e sensoriais baseadas em investigações face a face para averiguar os riscos de eclodir um tiroteio durante seus deslocamentos cotidianos. Essa interpretação é desempenhada a partir de percepções sobre jogos de presenças ou ausências, expressões ou comportamentos que comuniquem tensão, e mesmo ruídos ou silêncios que podem indicar riscos situacionais.

Mediada por dispositivos de (contra)vigilância, a mensagem de *WhatsApp* que abre o presente artigo – enviada por celular para informar que não seria necessário “ninguém ficar assustado” com a presença de um drone no céu da favela – pode ser explicada por uma ampliação sensorial desta legibilidade compulsória sobre tiroteios. Táticas de múltiplas vigilâncias configuram o céu da favela como uma condicionante adicional aos processos de “leitura do clima”: ao sobrevoarem o território da favela conduzidos por objetivos estratégicos como o mapeamento de movimentos e o compartilhamento de imagens, os sons do patrulhamento aéreo de hélices motorizadas ou zumbidos de drones são elementos adicionais a serem percebidos e compartilhados em antecipações de situações perigosas. Qualificações dessas capacidades de “leitura do clima” a partir do céu da favela foram relatadas a uma de nós por um morador da Cidade de Deus:

Agora eles (policiais) usam vários tipos de coisa. A polícia bota o drone muitas das vezes quando é dia de baile. Muitas vezes no final de baile de manhã tem drone. À noite dá para ver melhor que o drone está voando porque ele pisca. [...] Eu não me escondo porque não devo nada. Mas o povo se esconde quando vê o drone. [...] Tem também o helicóptero azulzinho, que a gente chama de X9, que também fica voando, filmando lá os moleques. [...] O águia passa lá só quando tem trocas de tiros. Passa lá dando uns rasantes sinistros. Dá até medo. O águia é da PM [Polícia Militar]. Do Bope é o caveirão voador. Até o barulho dele é diferente. Geral tem medo dele. Aquele aqui quando passa tem *sniper* ficam ali só apontando. Quando tem operação, o Bope que vem. E eles entram metendo bala [...]. Os caras (do tráfico) revidam no baixo, no alto não. Revida e vai embora. (Morador da Cidade de Deus – Entrevista/2019).

Perspectivas que compreendem os fenômenos urbanos como sistemas combinados de mobilidades – em dimensões físicas, virtuais, comunicativas e imaginativas, e dependentes de infraestruturas (URRY, 2007; FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020) – são favoráveis para observarmos a influência de dispositivos de (contra)vigilância sobre experiências de vida em territórios com UPPs. Interdependências entre (i)mobilidades são perceptíveis na situação apre-

sentada: a circulação de uma mensagem informa que o drone é conduzido por um morador da favela, e as pessoas não precisam permanecer abrigadas e imóveis. Relações entre informações e corpos estabelecidas ao redor de objetos indicam uma motivação central dos processos de investigação via celular durante operações policiais: a possibilidade de se movimentar em segurança pela favela.

Determinantes em processos de investigação cotidianos para deslocamentos em favelas, a influência de dispositivos de (contra)vigilância pode ser caracterizada a partir de ambivalências entre práticas, experiências e significados dos movimentos cotidianos (CRESSWELL, 2010). Em dinâmicas em que a internet móvel é apropriada como um instrumento para enriquecer compreensões sobre formas de agir no cotidiano, a circulação de informações passa a estar intimamente relacionada à (i)mobilidade de determinados corpos. Contudo, embora indicações sobre drones a partir de mensagens compartilhadas por celular possam informar a necessidade (ou não) de proteção, outras experiências mediadas por tecnologias representam novas preocupações para os usuários.

Manusear celulares em territórios com UPP pode representar riscos devido a um histórico de governo dos pobres urbanos, justificado por uma falsa ideia de favelas cariocas estarem alinhadas em lados opostos à sociedade formal numa “guerra” urbana (LEITE, 2014; MAGALHÃES, 2021). Iniciativas de intercâmbio de informações via *WhatsApp* são criminalizadas e passam a representar transtornos para seus usuários à medida que sua existência é apontada como evidência de uma configuração em que favelas e seus habitantes são considerados os responsáveis pela violência urbana que acomete a cidade. A política de “pacificação” representa novas modalidades de controle a partir destes ideias de “guerra”, principalmente por uma territorialização que requalifica formas de suspeição e letalidade sobre determinados corpos (BARROS; FARIAS, 2017).

Experiências de deslocamento são um ponto central nesta análise porque não é incomum que moradores sejam abordados enquanto caminham pelas ruas de territórios “pacificados” para que o conteúdo de informações em seus celulares seja revistado – seja por policiais ou por traficantes¹⁰. Por exemplo, Patrícia Lânes Souza (2017) relata experiências acumuladas em torno de um coletivo local a partir de uma etnografia realizada no Complexo do Alemão. Os participantes responsáveis pela condução de atividades de monitoramento coletivo e denúncia

10 Segundo uma reportagem do *G1*, traficantes da Rocinha estariam revistando moradores em busca de mensagens de celular que possam revelar quem delata o tráfico. Relatos semelhantes foram ouvidos por uma de nós na Cidade de Deus. *G1*. Traficantes revistam moradores da Rocinha em busca de delatores. *G1*, 20 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/traficantes-revistam-moradores-da-rocinha-em-busca-de-delatores.ghtml> Acesso em: 12 abr. 2021.

de violações policiais via celular eram continuamente ameaçados por acusações de conivência com o tráfico de drogas – presencialmente, por redes sociais ou mesmo em comentários de matérias jornalísticas sobre o grupo (SOUZA, 2017, p. 248).

Em outro caso, usos de celular relacionados à circulação de informações para garantir deslocamentos em segurança levaram um morador de favela a uma imposição de absoluta imobilidade: mensagens enviadas por *WhatsApp* foram coletadas como evidências para o encarceramento de DJ Rennan, organizador do popular baile *funk* “Baile da Gaiola” no Complexo da Penha, na Zona Norte da cidade¹¹. Notícias sobre essa prisão se acumularam a múltiplos rumores sobre moradores de favelas do Rio de Janeiro que teriam sofrido agressões de policiais por se recusarem a fornecer a senha de acesso ao conteúdo de seus celulares.

Em sincronia a esta preocupação relacionada à ordem institucional, pudemos notar pelo Alerta Santa Marta que há significativa hesitação dos participantes em compartilhar informações que façam referências ao posicionamento de agentes criminais na favela. Embora não falem abertamente sobre isso, os moradores parecem fazer um cálculo do que devem ou não publicar no *WhatsApp* levando em consideração possíveis represálias que possam sofrer.

Outro cálculo que os participantes precisam fazer é em relação ao que pode ou não ficar armazenado no celular. Em um exercício reflexivo, moradores precisam antecipar o que geraria problemas para eles em uma possível “dura” para, assim, decidir o que precisa ser deletado. O próprio moderador do Alerta Santa Marta com frequência orienta que os participantes mantenham o hábito periódico de deletar o histórico de mensagens nos celulares. Ele alerta que a atenção em relação ao histórico de mensagens gravado no celular deve ser redobrada principalmente quando moradores precisam se deslocar pela favela em períodos de maior tensão e recorrência de conflitos armados.

Achille Mbembe (2016) define que formas de necropolítica são baseadas em racionalidades que normatizam a distribuição não igualitária de direitos de sobrevivência e incidem sobre corpos, territórios e formas de vida racializados. Através de técnicas de repressão em múltiplas dimensões – ora pelo uso de veículos blindados, helicópteros ou drones, ora por invasões de privacidade, revistas vexatórias ou prisões pelo uso de celulares – se torna explícita a instauração em favelas de uma lógica formal de confinamento, controle e regulação de

¹¹ Conforme reportagem do jornal *O Dia*, uma testemunha afirmou que o teor das informações compartilhadas por *WhatsApp* eram mensagens como “o Caveirão está subindo pela Rua X” ou “a equipe [policial] está perto do ponto tal”. O DIA. Confira os motivos que levaram desembargadores a determinar prisão de Rennan da Penha. *O Dia*, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/03/5629950-confira-os-motivos-que-levaram-desembargadores-a-determinar-prisao-de-rennan-da-penha.html> Acesso em: 12 abr. 2021.

determinados corpos, sem que seja indispensável a existência de muros. São convertidos em inimigos institucionais os sujeitos mais interessados em buscar instrumentos informais para efetuar mapeamentos de riscos, evitar a proximidade com confrontos e, no limite, garantir a própria sobrevivência.

Incorporados à experiência cotidiana a partir de um contexto de vigilâncias em favelas, objetos como drones e celulares mediam regulações em experiências corporificadas de moradores desses territórios. Perceber que o sobrevoo de drones policiais em favelas é normativo enquanto o intercâmbio de informações via celular de moradores é criminalizado nos esclarece uma controvérsia: dispositivos sociotécnicos que possibilitam exercícios de vigilância são considerados ameaças à ordem urbana apenas quando usados em determinados territórios. Principalmente porque expressam desigualdades a partir de interdependências entre (i) mobilidades de corpos e informações: determinados indivíduos não podem ter o direito de acessar ou compartilhar informações de segurança a respeito de suas práticas de deslocamento (BÜSCHER; VELOSO, 2018).

Entretanto, preocupações pessoais relacionadas aos usos do Alerta Santa Marta não impedem que a iniciativa seja um suporte fundamental para a orientação de ações cotidianas na favela. Dispositivos de (contra)vigilância são determinantes para processos de investigação e experiências de (i) mobilidade uma década após a inauguração das UPPs. Pretendemos demonstrar esse argumento a partir da etnografia de uma operação policial pela perspectiva do Alerta Santa Marta.

“ACORDEI COM UM DRONE NA MINHA JANELA”

Durante as primeiras horas de uma manhã qualquer na favela Santa Marta, é possível notar uma rotina de intensa circulação de pessoas pelas esquinas, becos e vielas. Em caminhadas apressadas, iniciando suas jornadas diárias em torno das 6h00, um grande grupo de moradores circula pelas duas principais vias de acesso da favela. Mulheres e homens movimentam-se preocupados com o deslocamento e o trânsito: precisam chegar a tempo nos pontos de ônibus, metrô ou vans e cumprir horários estipulados por compromissos em diferentes partes da cidade. Aproveitando a compatibilidade de horários, muitos saem junto com crianças que acompanham esse mesmo ritmo devidamente disciplinado rumo a suas creches ou escolas.

Em uma manhã de janeiro de 2019, essas rotinas apressadas foram intensificadas por

uma acelerada troca de informações em um dos grupos de *WhatsApp* que constitui o Alerta Santa Marta. Às 7h10, um moderador abriu o canal para discussões postando a seguinte mensagem: “Bom dia! Moradores relatando que ouviram tiros e estão apreensivos para descer pro trabalho. Tá acontecendo algo?”. Esse questionamento dá início a um encadeamento instantâneo de interações que, conjugadas entre relatos de pessoas em diferentes localizações, produz uma investigação coletiva das movimentações em curso na favela. A continuidade de relatos informava sobre um momento crítico: estava prestes a acontecer uma incursão da Polícia Militar. Naquele momento, havia nas entradas da favela diversas viaturas policiais e agentes da segurança pública enfileirados e com suas armas em punho, aguardando ordens para começar a incursão. Ao mesmo tempo, participantes supunham que olheiros de organizações do tráfico local já acompanhavam a movimentação e, a partir de mensagens em seus celulares, informavam seus pares sobre a urgência de “ficar na atividade”.

Percebendo os perigos pela movimentação policial comunicada através do Alerta Santa Marta, moradores interrompem suas rotinas e deslocamentos devido à súbita necessidade de confinamentos forçados para proteção e gestão dos riscos tanto de si quanto de seus familiares, vizinhos e conhecidos. Em tentativas de prever a duração e os perigos da operação policial que estava prestes a ocorrer, mensagens trocadas pelo *WhatsApp* tratavam de descrever o aparato militarizado e de vigilância mobilizado pelos policiais:

[JAN/19 – 7:13]: “acordei com um drone na minha janela”

[JAN/19 – 7:13]: “tem PMs aqui na UPP que não funciona mais... Estão com drone filmando. Um drone preto”

[JAN/19 – 7:14]: “o caveirão já está aqui no ponto de ônibus da [rua] voluntários”.

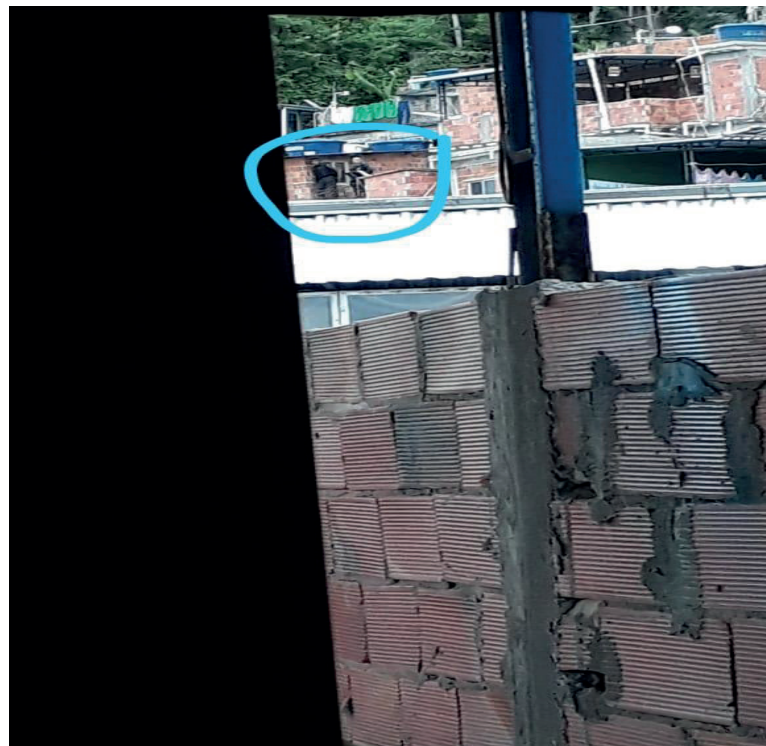
Desde 2018, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar do Rio de Janeiro vem utilizando drones securitários – dispositivos aéreos equipados com câmeras, cujo controle remoto oferece a capacidade de monitoramento, vigilância e uma nova forma de presença policial sobre o território de favelas¹². Assim como outros aparatos policiais, tais como veículos e helicópteros blindados conhecidos como “caveirões”, os drones militarizados são percebidos como prenúncio de uma violenta interrupção de rotinas cotidianas pela ameaça

12 Em algumas favelas, a Polícia Militar do Rio de Janeiro passou a usar drones para mapear a atuação do tráfico. Traficantes, por sua vez, também passaram a usar drones para mapear ação da polícia e de facções rivais. Há notícias, ainda, que organizações de milícia também estariam usando a mesma tecnologia para monitorar tanto a atuação de policiais quanto a de traficantes. EXTRA. Drone da milícia, consórcio do tráfico: os bastidores da guerra pela Praça Seca. *Extra*, 23 ago. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/drone-da-milicia-consorcio-do-trafico-os-bastidores-da-guerra-pela-praca-seca-24601004.html>. Acesso em: 01 mar. 2021

de um confronto armado. Como mencionou um participante do Alerta Santa Marta, a utilização desses dispositivos de vigilância é um componente adicional de insatisfação com as modalidades de presença da polícia na favela: “já bastam os helicópteros, mas agora o mosquitinho voador agora vai ficar olhando para nossa casa? Tenho vontade de destruir um bicho desses”.

Por outro lado, interações de contra-vigilância a partir do Alerta Santa Marta ampliam possibilidades de investigação coletiva em situações indeterminadas a partir de mapeamentos, críticas e denúncias por meio de informações compartilhadas via aplicativos em celulares. Em um momento da manhã, os participantes ficaram impressionados após alguém compartilhar um registro fotográfico destacando que policiais invadiram uma residência e subiram para se posicionar estrategicamente e efetuar disparos da laje:

Figura 1. Registro de policiais posicionados em uma laje na favela para efetuar disparos.



Fonte: Alerta Santa Marta (2019).

Em outro momento, um drone da Polícia Militar estava percorrendo o céu em movimentos ágeis quando, possivelmente por uma falha em sua condução remota, foi ao encontro de algumas árvores e caiu. Enquanto agentes policiais estariam recebendo informações em seus rádios sobre a desativação do drone, um participante do Alerta Santa Marta enviou uma mensagem dizendo que havia localizado o equipamento: “o drone da polícia caiu entre as árvores aqui

bem perto da minha casa”. Enquanto algumas pessoas não acreditavam no que era relatado, outros participantes confirmavam a mesma informação. Entre (contra)vigilâncias mediadas por celulares e drones, o dispositivo de vigilância institucional utilizado para monitorar a movimentação das pessoas na favela estava sendo contra-vigiado pelos moradores a partir da iniciativa de comunicação comunitária.

Acompanhando o frenético ritmo de mensagens com relatos oriundos de várias localizações, os participantes do Alerta Santa Marta iniciam uma sequência de ações possíveis: recalcular a rotina de deslocamentos com base no mapeamento disponível; ajustar suas estratégias para proteção durante eventuais tiroteios; registrar situações de abuso para produzir denúncias; e discutir sobre outras possibilidades de agência. Poucos instantes após o início da operação policial, os relatos passam a informar sobre ações ilegais praticadas pelos policiais em incursão:

[JAN/19 – 7:20]: “eu acabei de passar por algo horrível, eu estava indo na padaria comprar pão e quando cheguei eles botaram o fuzil na minha cara”,
 [JAN/19 – 7:20]: “estão na frente da associação [de moradores] parando quem desce ou sobe... descendi pra trabalhar, eles não me deixaram continuar”
 [JAN/19 – 7:20]: “estão aqui no cantão quebrando garrafas de cerveja no chão”.

Múltiplas temáticas vão atravessando o *WhatsApp* em meio aos relatos e às informações. Moradores compartilham insatisfações relacionadas aos prejuízos pela interrupção de suas rotinas. São mencionados problemas como atrasos para o trabalho, entrevistas de emprego canceladas e agendamentos médicos perdidos, entre outros compromissos que não poderiam mais ser cumpridos. Crianças são impossibilitadas de frequentar suas aulas e têm seus processos de aprendizagem prejudicados. Há diversos relatos de mães nervosas pela exposição de crianças ao risco, ao medo e às experiências traumáticas da violência. Efeitos de terror que se acentuam pelo acompanhamento de registros que comprovam comportamentos criminosos por parte dos agentes do Estado:

[JAN/19 – 7:33]: “acabaram de vir aqui na minha casa. Gritaram comigo. Eu estava com minhas duas filhas no banheiro.
 [JAN/19 – 7:33]: “absurdo! eu acabei de acordar com a polícia dentro da minha casa, entrou aqui falando que tinha alguém pulando a laje”
 [JAN/19 – 7:34]: “Tem um menino sendo espancado ali perto da casa da minha avó. Tem uns cinco policiais ao redor dele e batendo bastante”.

Engajados pela necessidade de conscientização dos participantes sobre o reconhecimento de seus direitos sociais, diversas lideranças locais passam a interagir pelo *WhatsApp* compar-

tilhando informações úteis. Por exemplo, o moderador da iniciativa aconselha aos participantes que tiveram casas invadidas ou celulares violados que registrem “o que for possível”, porque um repórter da Rede Globo já estaria em deslocamento até a favela. Ainda no noticiário da manhã, seria veiculada uma reportagem denunciando as infrações cometidas por agentes policiais. Também são compartilhados contatos de representantes da Ouvidoria da Defensoria Pública/RJ e imagens informativas produzidas pela iniciativa DefeZap¹³:

Figura 2. Imagens informativas da campanha Traduzindo Direitos, promovida pela iniciativa DefeZap.



Fonte: Página do DefeZap no *Facebook* (2016). Disponível em: <https://www.defezap.org.br/> Acesso em: 12 abr. 2021.

Após a distribuição de materiais informativos da campanha Traduzindo Direitos, os participantes têm a possibilidade de acessar, em seus próprios celulares, descrições simplificadas de trechos da Constituição Federal que asseguram direitos habitualmente infringidos por policiais. Entre eles, a invasão de casas, constrangimentos ilegais e apreensões de documentos. Com destaque sobre o uso de celulares, há informativos sobre a violação de privacidade nos aparelhos e a detenção de pessoas por estarem filmando as operações policiais.

Por fim, as pessoas tentam permanecer seguras enquanto aguardam o fim da operação

¹³ Desenvolvido pelo laboratório de ativismo “Nossas” e financiado pela Open Society Foundation, DefeZap é um serviço de denúncias de violência de Estado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Através de um número de *WhatsApp*, qualquer pessoa pode enviar denúncias de violações cometidas por agentes públicos. Desde 2019, o atendimento ao público foi suspenso.

em curso. A depender do dia, a situação poderia continuar por mais 10 minutos ou por mais algumas horas. Finalizando essa sequência de interações, que contempla breves instantes do início de uma manhã, destacamos uma afirmação exaltada pelos diversos participantes da iniciativa:

[JAN/19 – 7:45]: “meu Deus que situação constrangedora a gente acaba passando. Parece que voltamos no tempo uns 20 anos e estamos revivendo momentos que não tínhamos força para lidar pelo abuso de poder desses maus elementos”.

A mensagem revela percepções coletivas alusivas ao aparente esgotamento do programa das UPPs, inaugurado uma década antes. Analisando o Alerta Santa Marta a partir de uma etnografia digital, é essencial incorporar a iniciativa de comunicação comunitária em um contexto mais amplo, relacionado à violência urbana e suas implicações corporificadas no cotidiano. O acompanhamento de operações policiais através de mensagens compartilhadas por moradores de favela entre grupos interconectados de *WhatsApp* evidencia reações situadas a regimes normativos e desigualdades produzidas entre formas de monitoramento, regulação e (contra) vigilância. Moradores da favela Santa Marta, território onde não houve relatos de tiroteios entre 2008 e 2015 (MARTINS, 2018)¹⁴, passam a investigar drones no céu por meio de informações compartilhadas entre seus celulares – avanços tecnológicos associados a tiroteios que remetem a um passado indesejado.

(CONTRA)VIGILÂNCIAS EM “MARGENS” URBANAS

Figura 3. Manifestante segura cartaz com a frase “How many weren’t filmed?” – em português: Quantos não foram filmados?

14 MARTINS, M. A. Antes pacificado, Morro Dona Marta, no Rio, registra dois tiroteios por semana. **G1**, 27 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/antes-pacificado-morro-dona-marta-no-rio-registra-dois-tiroteios-por-semana.ghtml> Acesso em: 01 mar. 2021



Fonte: WNYC (2021). Disponível em: <https://www.wnyc.org/story/another-police-killing-near-minneapolis-chauvin-trial-continues/>_Acesso em: 01 mar. 2021.

A ideia do presente artigo foi refletir sobre como dispositivos de (contra)vigilância podem ser uma porta de entrada para entender (i)mobilidades em favelas do Rio de Janeiro. Nosso intuito foi mapear como esses dispositivos são acionados por diferentes atores a partir de regulações sobre o deslocamento de corpos, objetos e informações, além de examinar como condicionam processos de investigação sobre (i)mobilidades. Apostamos na ideia de que relações sociotécnicas sob gramáticas da violência urbana têm um impacto socialmente transformador em favelas. Assim, a iniciativa Alerta Santa Marta deve ser enquadrada como reação constitutiva de um processo mais amplo de intensificação da vigilância, controle e regulação em cidades e periferias globais.

A partir de um mapeamento das formas de apropriação do Alerta Santa Marta, destacamos a pertinência heurística deste dispositivo de contra-vigilância ao redor de três dimensões: a) o acompanhamento da rotina ordinária na favela, através da partilha de informações para a “navegação” da vida cotidiana; b) o desenvolvimento de “processos de investigação” mais detalhados e aprofundados em “momentos críticos”, marcados principalmente por confrontos armados; c) o estatuto político que tem relação com as interações via celular para a organização de manifestações e denúncias públicas para a cobrança de direitos.

Nestas considerações finais, além de sintetizar as principais contribuições do artigo, também ampliamos a escala de análises possíveis a partir do enquadramento teórico-metodológico apresentado. Afinal, o fenômeno urbano em que câmeras de celulares são apropriadas

como dispositivos de proteção, crítica e denúncia não é uma exclusividade de favelas do Rio de Janeiro.

Observamos com interesse um fenômeno global em que iniciativas de vigilância comunitária se multiplicam nas cidades através de celulares com câmeras cada vez mais eficientes e aplicativos cada vez mais diversificados. Baseado nos Estados Unidos, mas reproduzido em abrangência global, o movimento *Black Lives Matter* (em português: Vidas Negras Importam) foi fundado após a repercussão de uma série de vídeos de celular revelando crimes policiais. Como analisa Sheller (2018, p. 126), “protestos em torno de disparos realizados por policiais chamam a atenção para a interseção entre mobilidades e raça, e conectam isso a antecedentes históricos mais profundos na escravidão”. Nesse sentido, “quantos não foram filmados?” é um questionamento que pode se referir a múltiplas localidades onde crimes cometidos por policiais, cujas vítimas geralmente são sujeitos racializados, não foram registrados e visibilizados por alguém com uma câmera de celular.

Consideramos que, se formas de (contra)vigilância em cidades contemporâneas possuem uma importância analítica geral, elas adquirem central particularidade quando olhamos para as “margens” urbanas (DAS; POOLE, 2004)¹⁵. Exatamente por serem territórios marcados pela indeterminação permanente e pelo imperativo de investigação constante, dispositivos de (contra)vigilância assumem um protagonismo particular em localidades urbanas determinadas por formas de controle e regulação. Entre drones e celulares, os dispositivos de (contra)vigilância nos revelam interdependências entre (i) mobilidades de informações e de corpos, possíveis ou prejudicadas. Embora novas possibilidades de contra-vigilância ocorram através de celulares com internet móvel, como no caso do Alerta Santa Marta, isso não significa que as incertezas que historicamente afetam territórios como a favela Santa Marta são suspensas.

Novos dispositivos de monitoramento e vigilância comunitária são essenciais para medir o grau de tensionamento do ambiente das favelas, de modo a ajudar as “navegações” dos moradores, policiais e traficantes no espaço onde vivem ou trabalham. Objetos como câmeras de vigilância, celulares e drones possuem um poder de transformação do ambiente, da modalidade pelas quais os indivíduos apreendem esse ambiente, das capacidades individuais de inter-

¹⁵ Localizadas nos limites do que é aceito como território de controle estatal inquestionável (e legítimo), “margens do Estado” são definidas pelas antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2004) como espaços onde o Estado está constantemente refundando seus modos de ordenamento e legislação. Estas “margens” não seriam demarcadas somente a partir de aspectos geográficos, mas a partir de fronteiras situacionais. Embora muitos considerem que nas margens a normatividade governamental é “ausente”, “falha” ou “parcial”, formas de controle e regulação são percebidas por habitantes locais a partir de dinâmicas distintas de interação das pessoas com documentos, práticas e palavras do Estado.

venção sobre ele e, em certa medida, sobre os próprios indivíduos. Por isso, esses dispositivos devem ser pensados simultaneamente do ponto de vista das coerções que eles exercem e dos suportes que eles podem oferecer aos indivíduos para agir, ou seja, como elemento que reprime e constrange, mas também como elemento que potencializa e impele à ação.

Defendemos, portanto, que os dispositivos não são artefatos meramente reativos ao novo contexto, no sentido daquilo que é usado apenas para reagir às indeterminações situacionais. Eles exercem um papel transformador e contribuem para performar esse mundo das “margens” urbanas fazendo surgir uma nova fenomenologia do habitar (MENEZES, 2018), um novo modo de ser e estar no ambiente de favelas, ou seja, um ambiente cujo modo de existência não seria o mesmo sem a existência desses dispositivos de (contra)vigilância.

Por fim, destacamos que o Alerta Santa Marta é um importante caso para refletir sobre interações regidas a partir de múltiplas formas de controle nos territórios urbanos. Acompanhar o cotidiano em territórios regidos pela violência urbana a partir do contínuo entre face a face e digital é uma aproximação metodológica que concerne à própria condição vivenciada nas favelas “pacificadas” no período analisado. Como demonstramos, tanto os processos de investigação quanto os deslocamentos possíveis ou prejudicados são conformados a partir de um imbricamento entre o intercâmbio de informações via *WhatsApp* e as variadas estratégias do dia a dia. Embora saibamos que soluções metodológicas são únicas e adaptadas a contextos situados, compreendemos que existem estratégias que continuam úteis em vários lugares diferentes e podem ser inspiradoras para diferentes situações (HINE, 2015).

Entre os intervalos de sentido e as decisões possíveis de ser assumidas pelos indivíduos em determinadas situações, afirmamos que formas de vigilância comunitária relacionadas ao monitoramento da violência urbanas representam novas possibilidades de agência entre os moradores de favelas e periferias urbanas. Isso pode ser observado de forma explícita em situações cotidianas nas quais moradores presenciam arbitrariedades, como cenas de violência policial, por exemplo. Se, nesses casos, até pouco tempo atrás, as formas mais prováveis de ação seriam “ignorar e fingir que não viu” ou “assumir os riscos de tentar interferir”, a partir de iniciativas como o Alerta Santa Marta é inaugurada e estimulada a alternativa de “filmar e denunciar”, costurando continuidades em renovados cursos de ação, crítica e denúncia.

Embora não ignorem que a opção “filmar e denunciar” possa ser perigosa, vivendo entre (contra)vigilâncias – em ambientes cada vez mais sufocantes e letais – os sujeitos em “margens” urbanas cada vez mais têm assumido os riscos de filmar e denunciar casos de violência policial, já que se manter calado parece cada vez menos ser uma opção.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, R.; FARIAS, J. Political Displacements between the Periphery and the Center through Territories and Bodies. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/3mgzD63stQcMqpxQY4GBfXq>. Acesso em: 12 abr. 2021.
2. BUGS, G.; BORTOLLI, F. Participação ativista-colaborativa utilizando cartografias digitais. **V!RUS**, São Carlos, n. 17, 2018. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/>. Acesso em: 12 abr. 2021.
3. BÜSCHER, M.; URRY, J. Mobile Methods and the Empirical. **European Journal of Social Theory**, v. 12, n. 1, p. 99-116, 2009.
4. BÜSCHER, M.; VELOSO, L. Métodos móveis. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 133-151, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/142258>. Acesso em: 22 nov. 2020.
5. CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7134>. Acesso em: 22 nov. 2020.
6. CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>. Acesso em: 12 abr. 2021.
7. CRESSWELL, T. Towards a Politics of Mobility. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 28, n. 1, p. 17-31, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/d11407>. Acesso em: 22 nov. 2020.
8. DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the Margins of the State**. Oxford: James Currey, 2004.
9. DE SOUZA E SILVA, A.; SELLER, M. **Mobility and Locative Media: Mobile Communication in Hybrid Spaces**. London: Routledge, 2014.
10. DEWEY, J. **Logic: the Theory of Inquiry**. New York: Henry Holt, 1938.
11. DODIER, N.; BARBOT, J. A força dos dispositivos. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 487-518, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3202010>. Acesso em: 22 nov. 2020.
12. EILBAUM, L.; CHAGAS, G. F.; MEDEIROS, F. Apresentação: por uma abordagem etnográfica dos “direitos humanos”: conflitos, moralidades e direitos. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 47, p. 8-31, 2019. Disponível em: <https://>

- periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42114. Acesso em: 01 mar. 2021.
13. EVANGELISTA, R.; BRUNO, F. WhatsApp and Political Instability in Brazil: Targeted Messages and Political Radicalisation. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/214094>. Acesso em: 22 nov. 2020.
 14. FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1983 [1977].
 15. FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 121-142, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/11193>. Acesso em: 01 mar. 2021.
 16. GEERTZ, C. O dilema do antropólogo entre “estar lá” e “estar aqui”. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 7, n. 7, p. 205-235, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52621>. Acesso em: 12 abr. 2021.
 17. HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday**. London; New York: Bloomsbury Academic, 2015.
 18. HINE, C.; PARREIRAS, C.; LINS, B. A. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. 1-42, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>. Acesso em: 01 mar. 2021.
 19. HORST, H. A.; MILLER, D. **Digital Anthropology**. London; New York: Berg, 2012.
 20. LEITE, M. P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7270>. Acesso em: 22 nov. 2020.
 21. MACHADO DA SILVA, L. A.; MENEZES, P. V. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 529-551, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030005>. Acesso em: 22 nov. 2020.
 22. MANO, A. D. **Dispositivos de Mobilidade: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da “favela modelo” das Unidades de Polícia Pacificadora**. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/CONCURSOS/2021/Teses_dissertacoes/87SM.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.
 23. MANO, A.; MENEZES, P. “Pedir ajuda”, “fazer pressão” e “estar alerta”: reconfigurações entre performances políticas em favelas “pacificadas”. **O Público e o Privado**, v. 19 n. 39 mai/ago, [2021?]. No prelo.

24. MAGALHÃES, A. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610600/2021>. Acesso em: 01 mar. 2021.
25. MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 22 nov. 2020.
26. MENEZES, P. V. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas. 2015. 379 f. Orientador: Luiz Antônio Machado da Silva. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro & Vrije Universiteit, 2015. Disponível em: <https://research.vu.nl/en/publications/entre-o-fogo-cruzado-e-o-campo-minado-uma-etnografia-do-processo->. Acesso em: 30 nov. 2020.
27. MENEZES, P. V. “Vivendo entre dois deuses”: a fenomenologia do habitar em favelas “pacificadas”. In: FARIAS, J.; ROCHA, L.; LEITE, M.; CARVALHO, M. (org.) **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2018. p. 70-91.
28. MILLER, D.; SLATER, D. **The Internet: an Ethnographic Approach**. Oxford: Berg, 2000.
29. MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes antropológicos**, v. 10, n. 21, p. 41-65, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>. Acesso em: 01 mar. 2021.
30. PARREIRAS, C.; LINS, B. A.; FREITAS, E. T. M. Estratégias para pensar o digital. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821>. Acesso em: 01. mar. 2021.
31. ROBINSON, L.; SCHULZ, J. New Avenues for Sociological Inquiry: Evolving Forms of Ethnographic Practice. **Sociology**, v. 43, n. 4, p. 685-698, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038509105415>. Acesso em: 12 abr. 2021.
32. SHELLER, M. **Mobility Justice: The Politics of Movement in an Age of Extremes**. London: Verso, 2018.
33. SOUZA, P. L. **Entre becos e ONGs**: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude. 2017. 334 f. Orientador: Marcos Otávio Bezerra. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <http://nuap.etc.br/teses/entre-becos-e-ongs-etnografia-sobre-engajamento-militante-favela-e-juventude/>. Acesso em: 30 nov. 2021.
34. URRY, J. **Mobilities**. London: Polity Press, 2007.
35. VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007. Disponível em: <https://>

doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012. Acesso em: 30 nov. 2020.

36. VIGH, H. Motion Squared: A Second Look at the Concept of Social Navigation. *Anthropological Theory*, v. 9, n. 4, p. 419-438, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1463499609356044>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Apoena Mano

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Fluminense com Pós-Graduação em Sociologia Urbana e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do UrbanData-Brasil/CEM e dos grupos de pesquisa Mobilidades: Teorias, Temas e Métodos e Núcleo de Pesquisa Urbana. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9114-0209>. E-mail: apoenamano@usp.br. Colaboração: Pesquisa empírica, Levantamento bibliográfico, Análise de dados, Redação.

Palloma Menezes

Professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora de pesquisa do Dicionário de Favelas Marielle Franco da Fundação Getulio Vargas. Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pelo Department of Social and Cultural Anthropology da Vrije Universiteit Amsterdam. Pós-doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8462-2549>. E-mail: pallomamenezes@gmail.com. Colaboração: Pesquisa empírica, Levantamento bibliográfico, Análise de dados, Redação.